

---

## Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate

autor      Maria do Carmo Xavier (org.)  
cidade     Rio de Janeiro  
              Belo Horizonte  
editora    Editora da Fundação  
              Getúlio Vargas  
              Faculdade de Ciências  
              Humanas (FUMEC)  
ano        2004

Em 2002, por ocasião dos setenta anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, diversos eventos foram realizados no Brasil, buscando lançar novas luzes sobre o documento que vem sendo apontado, já há algumas décadas, como um marco na história da educação brasileira. Resultado dos trabalhos apresentados em um desses eventos – o Colóquio Nacional “70 anos do Manifesto dos pioneiros: um legado educacional em debate” –, realizado em Belo Horizonte e em Pedro Leopoldo, Minas Gerais, em agosto de 2002, o livro *Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate* reúne dezesseis artigos (além da apresentação e do prefácio), escritos por vinte autores, brasileiros (dezoito) e argentinos (dois).

Os textos reunidos no livro guardam, entre si, uma grande heterogeneidade, tanto no que diz respeito às temáticas quanto às abordagens escolhidas para tratá-las e à densidade das informações trabalhadas. Alguns artigos e autores se filiam mais explicitamente ao que se vem configurando como uma “nova historiografia” da educação; outros optam por abordagens mais tradicionais. Há capítulos que, baseados em fontes documentais ainda pouco exploradas, trazem novos elementos para a compreensão da temática; outros, por sua vez, assumem um caráter predominantemente ensaístico. Alguns textos realizam leituras instigantes do Manifesto ou de aspectos a ele correlatos e, nesse sentido, provocam o leitor; outros

apenas confirmam teses já consagradas pela longa historiografia dedicada ao tema. Mesmo considerando as diferenças assinaladas entre os artigos publicados (e talvez por causa delas), o livro constitui uma leitura fundamental para aqueles – pesquisadores, professores, alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação – que se interessam pela temática e pelo período abarcado pelos estudos apresentados (concentrados nas primeiras décadas do século XX).

Na tentativa de apresentar o livro de uma maneira mais sistematizada para o leitor, classifiquei os artigos em quatro grandes grupos. Como qualquer classificação, a realizada certamente tem um grau de arbitrariedade, o que pode fazer com que seus autores nela não se reconheçam. No primeiro conjunto, agrupei os artigos (quatro) que se atêm, primordialmente, à análise do documento propriamente dito. Em um segundo grupo, estão os textos (quatro) que, embora não se detenham na análise do Manifesto, auxiliam a compreender o próprio processo de sua elaboração e/ou da sua constituição como marco na historiografia da educação. No terceiro grupo, reuni os capítulos (quatro) que se propõem a discutir aspectos relacionados ao pensamento escolanovista no Brasil, principalmente por meio do estudo das concepções e/ou práticas educacionais de alguns pioneiros. Por fim, em um último conjunto, agrupei os estudos (quatro) que extrapolam o tema do Manifesto, guardando somente uma tênue relação com ele. Compõem o primeiro grupo os artigos “O Manifesto dos pioneiros da educação nova como divisor de águas na história da educação brasileira”, de Libânia Xavier; “Legado e legatários: questões sobre o Manifesto dos pioneiros da educação nova”, de Mirian Jorge Warde; “Um olhar sobre o Manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932”, de Carlos Roberto Jamil Cury; e “A educação tradicional e a educação nova no Manifesto dos Pioneiros (1932)”, de Marta Maria de Araújo. Os artigos, ao se deterem, primordialmente, no texto do próprio documento, auxiliam o leitor a melhor compreender as estratégias discursivas utilizadas pelos pioneiros (fazendo cisões, principalmente, entre o novo e o velho e entre as forças que os representavam), os interlocutores (abertos ou ocultos) a quem se dirigiam (como mostra Carlos Roberto Jamil Cury), assim como as estratégias de arregimentação de signatários (e as ausências de alguns intelectuais vinculados ao movimento entre eles, como mostra Mirian Warde) e de sua divulgação junto a

instâncias sociais mais amplas, para dar ao Manifesto o caráter simbólico que, passados mais de setenta anos de sua publicação, ainda possui. Esse processo é decorrente, como argumenta Libânia Xavier, não apenas do conteúdo do documento ou das estratégias de sua divulgação, mas também da força simbólica dos discursos elaborados pelos leitores contemporâneos ao seu lançamento, permanentemente (re)atualizada por leituras e celebrações posteriores, que o tornaram emblemático. Nesse sentido, o Manifesto é tomado como documento histórico, mas também como um texto literário embebido de imagens e símbolos, que serviu de estratégia política para reafirmar a identidade do grupo de signatários, em um momento de reorganização do Estado pós-1930, de tentativa de construção de um Brasil moderno (como mostra Marta Araújo), de especialização e autonomização do campo educacional. Como afirma Mirian Warde, na medida em que manifestos são sempre peças de combate, marcadas pelo peso da conjuntura imediata, é importante compreender as condições de produção do próprio documento.

Como já anunciado, em um segundo conjunto, reuni os artigos que, embora não se detenham na análise do texto do documento de 1932, auxiliam a compreender o próprio processo de sua elaboração e/ou da sua constituição como marco na historiografia da educação. É o caso dos artigos “Pensamento republicano e reconstrução social no(s) Manifesto(s): formas e falas”, de Marcos Cezar de Freitas; “O Manifesto e a Liga Internacional pela Educação Nova”, de Marta Carvalho; “Do Manifesto dos pioneiros à sociologia educacional: ciência social e democracia na educação brasileira”, de Marcus Vinícius da Cunha e Marcelo Augusto Totti; e “Às margens do Manifesto dos pioneiros da educação nova”, de Clarice Nunes. De modo geral, os textos auxiliam o leitor a compreender que, como afirma Freitas, apesar da forte heterogeneidade que caracteriza o conjunto dos seus signatários, o Manifesto “pode ser identificado como um grupo republicano agindo e argumentando a favor do aperfeiçoamento da República” (p. 205). Nesse processo, ganha relevo o papel da ciência como um dos pilares para a construção da nova mentalidade modernizadora no campo da educação, que os pioneiros buscaram instaurar (como mostram Marcus Cunha e Marcelo Totti) e torna-se necessário o apagamento de rastros modernizadores não republicanos, como o dos professores imperiais, como afirma Clarice

Nunes. Essa nova mentalidade modernizadora na educação, por sua vez, não se construiu apenas, como vêm mostrando alguns estudos, com base nas relações estabelecidas entre os pioneiros e os Estados Unidos mas, como mostra Marta Carvalho em um artigo denso e repleto de informações pouco exploradas na historiografia da educação brasileira, também entre os escolanovistas brasileiros e intelectuais europeus, principalmente mediante a Liga Internacional pela Educação Nova, fundada na França.

Em um terceiro conjunto, como já explicitado, agrupei os artigos que se propõem a discutir aspectos relacionados às concepções e às práticas educacionais dos pioneiros: “Anísio Teixeira e a Escola Nova”, de Ana Waleska Mendonça; “A casa, a escola ou o trabalho: o Manifesto e a profissionalização feminina no Rio de Janeiro (1920-1930)”, de Diana Gonçalves Vidal e Rosane Nunes Rodrigues; “Manifesto dos pioneiros de 1932: o direito biológico à educação e a invenção de uma nova hierarquia social”, de Cynthia Greive Veiga; e “A reação de Minas ao Manifesto dos pioneiros da educação nova”, de Ana Maria Casassanta Peixoto. Os artigos ajudam, de maneira indireta, a compreender o Manifesto na medida em que esclarecem concepções e práticas educacionais dos signatários (Ana Waleska Mendonça, Diana Vidal e Rosane Rodrigues e Cynthia Veiga) e as faces assumidas pelo escolanovismo em diferentes Estados (Ana Maria Peixoto). Destaco, nesse conjunto, o artigo de Veiga que, ao discutir a influência do ideário higienista e das teorias eugênicas, baseados no aparato da medicina e da psicologia, na difusão das práticas escolanovistas, traz elementos pouco explorados sobre a Escola Nova brasileira, que auxiliam a melhor compreendê-la. Merece destaque também o artigo de Peixoto que, ao analisar o movimento da Escola Nova em Minas Gerais, constata que, por intermédio da incorporação dos métodos ativos aos princípios da pedagogia cristã, os católicos mineiros buscaram aliar tradição e modernidade, dando origem a um escolanovismo católico. O artigo instiga o leitor a entender a Escola Nova em sua diversidade, assumindo uma configuração própria e, às vezes, aparentemente paradoxal, nos diferentes estados brasileiros.

Os artigos reunidos em um quarto conjunto, por sua vez, extrapolam o tema do Manifesto, guardando somente uma tênue relação com ele. É o caso dos capítulos escritos por Dermeval Saviani,

“Setenta anos do Manifesto e 20 anos de Escola e democracia: balanço de uma polêmica”; Silvina Gvirtz e Verônica Oelsner, “El movimiento de Escuela Nueva y sus estrategias de cambio para el sistema educativo argentino entre 1920 y 1996”; Eliane Peres, “A institucionalização da modernidade pedagógica no Rio Grande do Sul: a criação do Centro de Pesquisa e Orientação Educacionais (CPOE) – 1943”; Maria Cristina Soares Gouvêa e Cândida Paixão Gomide, “Uma nova família para uma nova escola: a propaganda na produção de sensibilidades em relação à infância (1930-40)”. Os artigos auxiliam a compreender como o escolanovismo e a modernidade pedagógica buscavam irradiar suas concepções não apenas no interior da escola, mas também em espaços sociais mais amplos, como a imprensa (Maria Cristina Gouvêa e Cândida Gomide); como algumas propostas dos pioneiros foram normatizadas e concretizadas por estratégias distintas nos diferentes estados brasileiros (Eliane Peres) e que faces assumiu a Escola Nova em outros países latino-americanos, como a Argentina (Silvina Gvirtz e Verônica Oelsner). No caso do artigo de Dermeval Saviani, pode-se afirmar que, ao debruçar-se primordialmente sobre o livro *Escola e democracia*, de sua autoria, pouco auxilia a compreender o Manifesto, mas pode interessar aos pesquisadores que buscam compreender as disputas intelectuais contemporâneas, no Brasil, no campo da educação e, particularmente, da história da educação. Nesse sentido, o leitor deve proceder à leitura desse capítulo em conjunto com o pós-escrito de Clarice Nunes no artigo de sua autoria.

Espero que, ao final desta resenha, o leitor tenha percebido que, embora desiguais, os artigos reunidos no livro trazem, cada um a seu modo, subsídios para uma melhor compreensão do texto do Manifesto, do processo de sua elaboração, das concepções e das práticas educacionais dos seus signatários e dos motivos que o levam a, recorrentemente, ser objeto de homenagens e de estudos. Como explicita José Gondra no prefácio, a tradição de manifestar-se na educação brasileira é anterior ao Manifesto e continua depois dele. Talvez isso explique a recorrência das celebrações em torno do documento, vistas como oportunidades públicas de referendar-se as principais teses do texto, ainda hoje não plenamente realizadas.

Em contrapartida, o livro também nos permite analisar as formas como o Manifesto e, de maneira mais ampla, a Escola Nova,

vêm sendo estudados: ora a partir de um olhar mais panorâmico, calcado nas dimensões política e ideológica do movimento, ora focalizando aspectos propriamente pedagógicos, ora detendo-se no ideário de seus principais representantes. Em alguns casos, as pesquisas baseiam-se apenas em fontes “secundárias”; em outros, em documentos de arquivos, brasileiros e estrangeiros. A produção contemporânea de um discurso sobre o escolanovismo brasileiro é, assim, marcada por tensões que certamente se relacionam aos lugares ocupados pelos pesquisadores que o estudam. Não apenas o estudam mas, por diferentes motivos e estratégias, conseguem fazer os resultados das suas pesquisas circularem e serem recorrentemente reiterados em outros trabalhos.

Muitas vezes essa repetição de afirmações sobre o movimento apaga a emergência de outros discursos possíveis sobre a Escola Nova no Brasil. Acredito que o deslocamento do já dito é possível, inicialmente, mediante realização e difusão de pesquisas sobre o escolanovismo em diferentes estados, pois certamente em cada um deles a Escola Nova assumiu uma configuração diferente e específica. É preciso complexificar a idéia de que o modelo paulista foi “irradiado” para o restante do Brasil, como se os demais estados brasileiros, muitos com uma tradição cultural de séculos, fossem “tábula rasa” no que diz respeito à construção de uma modernidade pedagógica. O artigo de Ana Maria Peixoto, no livro, mostra essa necessidade, ao trazer informações detalhadas de como, em Minas, em um aparente paradoxo, a Escola Nova foi católica, modelo que será encontrado em outros estados principalmente durante o Estado Novo. Para dar outro exemplo, em Pernambuco, a experiência de modernidade pedagógica liderada por Ulisses Pernambucano, ainda no final dos anos de 1910, é praticamente ignorada pela historiografia dedicada ao tema.

É preciso também, embora pareça óbvio, incorporar novas fontes às pesquisas sobre Escola Nova no Brasil, muitas das quais encontram-se espalhadas aqui e em outros países. Os discursos generalizantes sobre o movimento, baseado primordialmente nas obras dos pioneiros, parecem estar dando sinais de esgotamento. Além disso, a investigação de aspectos quase silenciados do pensamento dos intelectuais escolanovistas é extremamente necessária, como faz Cynthia Veiga em relação à eugenia. Em outros casos, a

formulação de perguntas que não compõem o repertório daquelas exaustivamente repetidas ao longo dos trabalhos sobre o tema pode abrir portas para uma série de pesquisas que certamente auxiliarão a elucidá-lo. Mirian Warde, ao questionar a ausência, entre os signatários, de nomes vinculados ao escolanovismo, e Marta Carvalho, ao questionar o papel da Liga Internacional pela Escola Nova na configuração do escolanovismo brasileiro, certamente dão pistas para investigações futuras que não se limitam ao já dito.

Acredito, ainda, que faltam pesquisas sobre a incorporação do ideário escolanovista nas práticas educativas nas diferentes instâncias dos sistemas escolares ao longo de várias décadas. Certamente o artigo escrito por Silvina Gvirtz e Verônica Oelsner pode provocar, entre nós, o desejo de realização de estudos que abarquem a diversidade de experiências escolanovistas ocorridas no Brasil, em diferentes períodos e espaços sociais. Embora a historiografia da educação brasileira recente tenha criticado a realização de pesquisas baseadas sobretudo na legislação escolar e na obra dos grandes pensadores, os estudos sobre o Manifesto e sobre a Escola Nova tendem a ignorar as práticas.

Como afirma Cury, em seu artigo, são tantas as pesquisas já realizadas sobre o Manifesto que já merece ser realizado um estado da arte sobre o tema. Por meio de um balanço das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas sobre o documento e o movimento escolanovista no Brasil certamente será possível chegar a algumas conclusões mais gerais sobre a temática e melhor compreender a diversidade que se encontra na aparente unidade, como adverte Ana Waleska Mendonça em seu artigo, da expressão Escola Nova no país. É possível, também, assinalar as ausências e os não-ditos com mais propriedade e, dessa forma, abrir caminho para a emergência e divulgação de novas pesquisas.

O livro, de certa forma, como tentei mostrar aqui, já nos põe a par das abordagens, das fontes e das análises que vêm sendo privilegiadas para tratar da temática por alguns dos principais pesquisadores brasileiros (e argentinos) da área de história da educação; por isso sua leitura é fundamental.

*Ana Maria de Oliveira Galvão  
Professora da Faculdade de Educação da  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).*